

## *Só a luta muda a vida*: notas sobre os procedimentos e as estratégias de unificação das *lutas* conduzidas pelo APEOESP de São Carlos

Jesser Rodolfo de Oliveira Ramos

Doutorando em Antropologia Social/ Universidade de São Paulo

<https://orcid.org/0000-0002-3404-6424>

[jesser.ramos3@gmail.com](mailto:jesser.ramos3@gmail.com)

### Introdução

Neste artigo examino quais procedimentos e estratégias da *luta*<sup>1</sup> caracterizam as mobilizações de professores e professoras sindicalizadas na cidade de São Carlos. O objetivo é mostrar que as formas e os movimentos das *lutas* sindicais aglutinam uma série de questões, problemas e conjunturas que afetam diariamente a categoria dos(as) docentes. Foram em espaços de reunião entre os professores e professoras sindicalizados(as) que acompanhei como a noção de *luta* era pensada, tensionada e mobilizada nas ações desenvolvidas no interior da subsede do Sindicato dos Professores e Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP)<sup>2</sup>.

A APEOESP foi fundada no dia 13 de janeiro de 1945, em São Carlos. Em seus primeiros trinta anos de existência como uma entidade que prestava assistência aos seus membros<sup>3</sup>. Durante a ditadura militar, o sindicato não atuou de forma efetiva e apenas orientou o conjunto da categoria para se submeter às determinações oficiais. Em 1976 e 1977, um grupo de professores ligados ao Movimento de União dos Professores (MUP) e ao Movimento de Oposição Aberta dos Professores (MOAP), promoveram a retomada

---

1 Ao longo do texto usarei *itálico* e/ou aspas simples nas expressões e noções acionadas pelos/as interlocutores/as de campo. Além disso, as falas diretas serão colocadas em aspas duplas. Já para as noções teóricas, seja da antropologia ou de outra literatura, usarei aspas duplas.

2 As reflexões contidas nesse artigo são resultado da minha pesquisa de iniciação científica, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo: 2017/06314-8). Agradeço a Jorge Villela, que orientou essa iniciação científica. Agradecimentos que se estendem a Renan Martins Pereira, pelos comentários na defesa da monografia.

3 Todas essas informações estão disponíveis no site da APEOSP: <http://www.apees.org.br/o-sindicato/historia/>.

do movimento da categoria em busca de melhores condições de trabalho e de salários. Construíram uma greve geral que teve apoio de uma grande quantidade de professores(as) da rede pública de ensino. Após esses anos, estabeleceram que cada região elege-se seus representantes (os conselheiros regionais) e criaram os espaços deliberativos do sindicato – as reuniões de representantes de escola – com o objetivo de vincular mais diretamente a posição dos conselheiros às posições das escolas. Além disso, a partir desses anos, a APEOESP “deixou de ser uma entidade que não encaminhava lutas da categoria para se transformar numa das mais combativas e, em poucos anos, uma das mais representativas entidades sindicais deste país, chegando a ser exemplo de organização para outras categorias”<sup>4</sup>.

Atualmente o sindicato conta com 180 mil sócios, tem sua sede central na Capital e está representada em 93 regiões do Estado de São Paulo onde mantém subsedes – 10 na Capital, 17 na Grande São Paulo e 66 no Interior. O sindicato conta com uma diretoria executiva, que tem como funções cuidar de questões administrativas e financeiras do sindicato. Nas subsedes, há os conselheiros estaduais eleitos para representar a região da subsede sindical nas reuniões deliberativas do sindicato. Nessas subsedes acontecem as Reuniões Estaduais (RE) e as reuniões dos conselheiros regionais (CR). Todos os encaminhamentos dessas reuniões são levados para as reuniões do Conselho Estadual de Representantes (CER) na sede do sindicato. Junto com a diretoria, os conselheiros decidem que propostas serão encaminhadas para as Assembleias Estaduais. Nessas Assembleias, as propostas trazidas são deliberadas com os associados de todo Estado de São Paulo.

No segundo dia em campo participei da Reunião Estadual dos professores e professoras da subsede. Ao chegar à reunião, fui recepcionado pela secretária do sindicato, Odila, que me entregou o *boletim informativo* em um momento em que o local ainda contava com poucos presentes. Além de informar discussões que estavam na *pauta* da reunião, o *boletim* continha as *lutas* que estavam sendo realizadas pelo sindicato: ‘a luta contra o golpe, contra as reformas, em defesa dos nossos direitos’<sup>5</sup>; ‘a luta contra o não reajuste salarial dos professores’; ‘a luta contra o fechamento de classes e escolas’; ‘a luta contra a farsa da escola sem partido’.

Depois de alguns minutos, o professor Ronaldo<sup>6</sup>, com quem tive uma conversa preliminar no dia anterior, chegou e me cumprimentou. Conversamos um pouco e ele me

4 <http://www.apeoesp.org.br/o-sindicato/historia/>

5 Todas essas frentes de combate eram direcionadas as medidas políticas elaboradas durante o governo do presidente Michel Temer, entre 2016-2018.

6 Mantive os nomes reais dos(as) professores(as) sindicalizados por dois motivos: i) eles(as) me solicitaram que seus nomes fossem mantidos e ii) a maioria dos(as) professores(as) aparecem em divulgações públicas por meio das redes sociais da APEOESP.

apresentou a outros(as) professores(as). Conversando com a professora Bete e o professor Moises, contei do que se tratava minha pesquisa e ele me disse “que era na reunião que eu veria como a luta se fazia”. Fala que foi imediatamente reforçada pela professora Bete “é aqui que a base participa na construção da luta”. Esse foi o primeiro momento que me foi revelado a importância das reuniões na construção dos movimentos de *luta* do sindicato.

Essa noção de *luta*, como mostrarei ao longo do artigo, apareceu em todos os eventos que participei e em todas as conversas que tive com os(as) professores(as). Nesse contexto sindical, a noção de *luta* conjuga as múltiplas formas de atuação. A atenção etnográfica dedicada às ações e dinâmicas conduzidas no contexto sindical está vinculada aos pressupostos teóricos e metodológicos da “Antropologia da Política”. De acordo com John Comerford e Marcos Otavio Bezerra (2013), a partir do processo de redemocratização da sociedade brasileira nos anos 80, os estudos antropológicos passaram a analisar os cálculos e estratégias mobilizadas por movimentos sociais, organizações representativas e modalidades de mobilização coletiva em diferentes contextos de luta e de resistência.

Essas diferentes etnografias evidenciam, em maior ou menor escala, como os “modos de fazer política”, em múltiplos contextos, são confeccionados de muitas formas e não se assemelhavam a formulação estatal do que era política. Marcio Goldman (2000) e Jorge Villela (2009) propõem um entendimento procedimental da política, sustentando que sua elaboração se dá fundamentalmente através de “práticas” e “funcionamentos” condicionados a contextos particulares. Buscando se afastar da antropologia política, que entende a prática política dentro de um domínio específico ou de um processo extrínseco, Goldman (2000, p. 327), sugere que a antropologia da política analise quais procedimentos e mecanismos estratégicos são efetivamente postos em ação pelas pessoas na feitura da política. Sob uma perspectiva analítica interessada em como a política é feita, argumenta Villela (2009, p. 206-209), essa antropologia desvia do entendimento da política a partir de um núcleo duro ou de um centro de poder<sup>7</sup>. Nesse sentido, como argumentam Comerford e Bezerra (2013, p. 487), a política, em diferentes contextos, “é vivida sobre os múltiplos significados assumidos e os diferentes modos de envolvimento dos agentes”.

7 Segundo Villela (2009, p. 2007), “assim, tanto na Europa quanto nas Américas, toda a reflexão acerca da política, até pouco mais de trinta anos foi feita em torno da e submetida à figura de um centro de poder político para onde confluíam todas as obediências e desde onde emanavam todos os poderes. Figura do soberano, fantasma da centralidade, contraparte sólida para a política do que o dado biológico é para a família. Teoria jurídico-política, por certo, mas igualmente filosófico/religiosa: teoria neoplatônica, plotiniana, das relações de poder, cuja imagem formulada é a de um centro desde onde emana um poder que perde intensidade e eficácia na medida em que rumo para suas franjas. Toda a interpretação do pensamento político responsável pela ideia de isolamento, da ausência de Estado e de “Estado paralelo” é devedora deste ponto de vista que depende, decerto, da criação de um núcleo sólido, seja ele sob a forma de um líder, de um chefe, de um patrão, de um coronel, de um senhor, de um aparelho, de um modelo estatal”.

No contexto sindical analisado nesse artigo, a política será compreendida a partir das ações e formas da *luta* construídas pelos(as) professores(as) da APEOSP de São Carlos. Longe de se restringir ou se encerrar no período referente a pesquisa, a *luta*, como veremos nas próximas seções, é parte constitutiva da vida daqueles(as) que se dedicam a construir outros caminhos profissionais, além de outros espaços escolares<sup>8</sup>. *Estar na luta* é um exercício político que conjuga passado, presente e futuro.

A compreensão da *luta* sindical derivou de diferentes metodologias do trabalho antropológico. Por um lado, meus dados etnográficos são resultados de uma pesquisa de campo durante seis meses em diferentes espaços onde as ações dos(as) professores(as) eram realizadas. Nesse período, participei das Reuniões Estaduais dos(as) professores(as) na subsede de São Carlos e das Assembleias Estaduais na sede do sindicato em São Paulo. Isso me permitiu observar as dinâmicas e os procedimentos que fazem parte do desenvolvimento das reuniões. Dinâmicas e procedimentos centrais para a elaboração das *lutas* de modo unificado com os membros da categoria. Além disso, participei também dos atos públicos, das manifestações e paralisações realizadas pelos(as) professores(as) em São Paulo. Acompanhei também as audiências públicas na Câmara Municipal de São Carlos, das quais os professores e professoras participaram. Os dados coletados foram construídos por meio de anotações nos meus cadernos de campo, de fotografias em ações públicas, além de gravações de falas dos(as) professores(as) durante suas atuações nesses espaços.

Por outro lado, realizei também 10 entrevistas semiestruturadas com os(as) professores(as) na subsede de São Carlos. Utilizei como guia dessas entrevistas os temas e questões em torno da *luta* que surgiram tanto durante as reuniões e assembleias, quanto nas ações em espaços e audiências públicas. Essas entrevistas foram gravadas e tiveram a anuência prévia dos(as) interlocutores(as) de campo. Além disso, foram analisados os boletins, panfletos e informativos produzidos tanto pelos(as) professores(as) da APEOSP quanto por outros movimentos sociais que participaram das mobilizações por mim acompanhadas.

Acompanhar esses eventos possibilitou visualizar como a noção de *luta* é evocada de maneiras distintas e possui muitos sentidos e modos. Sendo assim, a intenção nesse artigo é mostrar como a feitura da *luta*, de forma unificada, ocorre em meio a muitas

---

8 Embora o trabalho etnográfico dessa pesquisa não se centre nos espaços da escola, não é dispensável explicitar que a *luta* desempenhada no contexto sindical se relaciona diretamente nos problemas enfrentados na escola. Há consolidadas literaturas antropológicas, sociológicas e da Educação que tem buscado pensar os sentidos e dinâmicas cotidianas, as relações de poder e de gênero que compõem espaço escolar: Marília Pontes Sposito (2003); Neusa Maria Mendes de Gusmão (2006); Juarez Dayrell (2007); Alexandre Barbosa Pereira (2016, 2017); Berenice Bento (2011) Guacira Lopes Louro (2011); Ana Paula Mendes de Miranda e Bóris Maia (2017); Juliane Bazzo (2017).

divergências e convergências de ideias. Na primeira parte, mostro etnograficamente como as reuniões são construídas e conduzidas para a elaboração da *unidade* da *luta*. São nesses espaços que ideias e posições são discutidas e demarcadas para a construção de uma *luta* que interligue pessoas, ativismos, partidos e instituições variadas. Na segunda parte, mostro os sentidos de *luta* que são mobilizados e disputados para a construção de sua *unidade*. As semânticas da *luta* elucidam os modos de atuação elaborados pelos(as) professores(as) frente a diferentes problemas enfrentados no contexto educacional. Por fim, na terceira parte, mostro como a *luta* se faz presente em espaços distintos, resultando na capilarização das ações e alianças políticas do sindicato.

### **A centralidade das reuniões para a construção da *unidade***

As reuniões, no contexto do sindicato dos(as) professores(as), são encontros organizados pelos dirigentes sindicais em torno de objetivos previamente estabelecidos. Há uma organização estrutural que estabelece relações entre as reuniões que acontecem no sindicato. Nas subsedes do sindicato são realizadas as Reuniões Estaduais Ordinárias (RE), em que todos os membros da região participam, e as Reuniões de Conselho Regional (CR), feitas entre os conselheiros regionais eleitos. Na sede principal acontecem as Reuniões de Conselho Estadual Regional (CER) entre os representantes de cada subsele regional e os membros da diretoria, e também são realizadas as Assembleias Estaduais que comportam todos os membros do Estado de São Paulo.

Essas reuniões são compostas por uma *pauta*<sup>9</sup> que direciona quais *discussões* serão realizadas nesse encontro. Por meio das *discussões* são feitos *encaminhamentos* que posteriormente são votados e chega-se, assim, a algumas decisões. Os *encaminhamentos* podem ser sugeridos tanto pelas pessoas que participam da reunião como podem ser feitos por quem a organiza. Os participantes das reuniões variam muito de acordo com o lugar onde ela acontece e o que será discutido. Nas reuniões da subsele e nas assembleias, qualquer pessoa pode participar. Já nas reuniões de Conselho Estadual Regional apenas os representantes regionais e os membros da diretoria participam. Em reuniões na subsele do sindicato de São Carlos os participantes eram, em sua maioria, professores(as) associados(as) ao sindicato, alguns professores(as) não-associados, convidados (palestrantes, pesquisadores) e outras pessoas (amigos, familiares). Nas reuniões maiores, como a Assembleia dos(as) professores(as) realizada na Praça da República em São Paulo, o público é mais heterogêneo: professores e professoras associados e não-associados, pessoas membros de outros sindicatos, apoiadores dos docentes, estudantes e políticos.

9 Nessa seção do artigo, todos os elementos que compõem uma reunião serão destacados em itálico. O uso dessa formatação é uma forma de destacar os elementos centrais para a composição da *luta*.

Na abertura da reunião um dos organizadores explica para os outros participantes como será o funcionamento da reunião. A *pauta* direciona o que será discutido ao longo da reunião. Os assuntos da *pauta* são apresentados por pessoas previamente definidas<sup>10</sup>. Além disso, os assuntos são mostrados em *boletins* produzidos pelos organizadores das reuniões. Após o fim da apresentação dos assuntos, o condutor da reunião abre *falas* para que o público participe. Esse é o momento em que ocorrem as *discussões*: os participantes utilizam esse momento para criticar os temas, expor as suas dúvidas, discordar ou concordar das proposições da reunião, sugerir *encaminhamentos* para serem votados. Busca-se, por meio do que é encaminhado, que haja ampla representação das diferentes opiniões que surgem nas discussões.

Durante os procedimentos que fazem parte da reunião, os membros da diretoria são encarregados de documentar detalhadamente as falas e debates. Esse relato é utilizado tanto para os processos seguintes da reunião (anota-se todos os *encaminhamentos* que serão repetidos e votados ao final da reunião) como para a produção de *informes* e *boletins* que serão utilizados em outros contextos. Ao término da reunião cabe aos membros finalizarem as *discussões* e determinarem o encerramento da reunião por meio da votação dos *encaminhamentos*. Todas as decisões tomadas após as discussões e a votação determinam o modo como o sindicato irá elaborar suas ações.

Além desses procedimentos, as reuniões possuem distintas configurações espaciais que, como argumenta Comerford (1999), apesar de simples, revelam os ideais igualitários e democráticos de quem organiza a reunião. Ou ainda, mostram arranjos configurados de modo hierárquico. Nas Reuniões Estaduais de professores da subsede em São Carlos, o local onde ocorre o encontro dos professores é composto por cadeiras dispostas em círculos e/ou em fileiras, sem que haja uma mesa que separe os conselheiros regionais dos outros participantes. Além disso, nessas reuniões, no momento das *discussões* abre-se a possibilidade para que qualquer pessoa que esteja participando da reunião possa fazer *falas* e propor *encaminhamentos*.

---

10 O desenvolvimento dos diferentes procedimentos que compõem a reunião é orientado por uma *pauta*. A elaboração da *pauta* ocorre antes da reunião e é ela que define a ordem e a duração dos procedimentos. Também estabelece que *discussões* serão realizadas durante a reunião. Nesse sentido, como mostra Comerford (2002, p. 153), a *pauta* “orienta tanto a forma quanto o conteúdo da reunião”. No que se refere a forma, a *pauta* determina qual o tempo para a apresentação dos temas a serem discutidos, o quanto uma pessoa pode falar sobre alguma questão, a quantidade de pessoas que irão falar nas *discussões* e a pausa da reunião. E, em relação ao conteúdo, a *pauta* define que questões serão abordadas pelos participantes no momento da discussão e em que termos ocorrerá a discussão. A produção da *pauta* ocorre em reuniões compostas pelos dirigentes sindicais, tanto em reuniões nas subsedes como na sede principal do sindicato.

Em Assembleias Estaduais, o funcionamento e a configuração espacial são construídos de forma mais hierarquizada. Os membros da diretoria da sede do sindicato e os representantes das subsedes ficam em cima de caminhão de som, enquanto os outros participantes ficam no chão. Nessa reunião, as *discussões* e os *encaminhamentos* são feitos apenas por essas pessoas que estão em cima do caminhão. Não há abertura para que os outros participantes da Assembleia discutam sobre as questões pautadas ou para que eles proponham *encaminhamentos*.

A reunião do Conselho Estadual de Representantes, realizada na sede principal do sindicato e composta pelos representantes de todas as subsedes sindicais, define qual será a *pauta* das Reuniões Estaduais das subsedes e das Assembleias Estaduais. Os *encaminhamentos* propostos nas Reuniões Estaduais são levados, pelos representantes regionais, para as reuniões de Conselho Estadual a fim de que sejam discutidos pela direção do sindicato. As *discussões* e os *encaminhamentos* definidos nessa reunião de Conselho são levados para a Assembleia Geral e são apresentadas e votados pelos participantes desse encontro.

Desse modo, as questões que compõem a *pauta* são definidas por meio de conversas e negociações constantes entre os membros do sindicato dos professores. A *pauta*, além de ser apresentada pelos coordenadores da reunião, é descrita em *boletins*. Esses *boletins* são formados por todas as questões que serão discutidas na reunião ou que foram pleiteadas em outras reuniões. Há um conjunto heterogêneo de assuntos nos *boletins* que estabelecem o modo como será feita a *luta* contra as reformas políticas, a desvalorização salarial do professor, o fechamento de escolas e salas de aula, a conjuntura política nacional e internacional. Além disso, os *boletins* contêm os *encaminhamentos* de outras reuniões e a *agenda* do que será feito. Todos os *encaminhamentos* definidos, tanto nas Assembleias como nas Reuniões de Conselho Estadual, são informados a todos os membros do sindicato por meio desses *boletins*.

Apesar da *pauta* ser definida previamente e delinear o que será discutido, é possível que haja intervenções de participantes para que outras questões entrem na *pauta*. Acompanhei algumas reuniões na subsede em que a *pauta* foi modificada de acordo com discordâncias de ações específicas ou devido a acréscimos de outros temas. No entanto, há reuniões, nas diferentes sedes sindicais, em que todos os procedimentos definidos pela *pauta* não sofrem alteração, mesmo com o questionamento dos seus participantes. A *pauta* é, portanto, um mecanismo utilizado para direcionar todos os procedimentos que englobam uma reunião. Seu objetivo é informar aos participantes quais assuntos serão discutidos na reunião e de que maneira ocorrerá o funcionamento dela. Por ser elaborada

previamente por alguns conselheiros ou diretores, a *pauta* pode ou não sofrer algum tipo de mudança de acordo com a decisão dessas pessoas. Desse modo, o organizador é quem efetivamente dá forma à reunião. Forma que pode, como vimos, ser mais democrática ou mais hierarquizada.

Se é a *pauta* que guia os rumos de uma reunião, são as *discussões* e os *encaminhamentos* os momentos que garantem a participação do público presente. Nesses momentos as pessoas passam a debater os temas que compõem a *pauta* e encaminham propostas para que sejam votadas no final da reunião. Apesar do conteúdo das discussões ser orientado pela *pauta* da reunião, ele é mobilizado distintivamente pelas pessoas. E, como efeito disso, os *encaminhamentos* também possuem variações que escapam da *pauta*. Desse modo, essas distinções aparecem nas *discussões* e nos *encaminhamentos* devido a participação efetiva de professores(as) de lugares diferentes. O professor Ronaldo, me disse que o objetivo da reunião, enquanto uma estrutura democrática, é possibilitar que todos os participantes sejam informados do que está acontecendo nas escolas e no sindicato, além de ser o momento que eles(as) deliberam sobre os modos de agir politicamente:

Tanto para quem é da direção quanto para quem é professor há, nas reuniões, uma troca de informação. Eu tenho uma parte da realidade e para se ter quase a totalidade do que está acontecendo é preciso trocar informação. A partir dessas informações estabelecemos quais propostas de luta e quão plausível é essa luta. É por isso que é tão importante a participação de forma democrática de todos nas discussões, para tirar uma proposta política mais justa possível que envolva e englobe a categoria (Caderno de Campo, agosto de 2017).

Como descrito por José Ramalho, Marina Cordeiro e Eduardo Silva (2014), o caráter deliberativo de certas reuniões é o que possibilita aos trabalhadores participarem efetivamente das decisões políticas do sindicato e também impor, muitas vezes, a dinâmica da votação para medidas nas quais o consenso não existe.

No contexto do sindicato dos(as) professores(as), a participação no momento das discussões possibilita que opiniões e informações distintas sejam sintetizadas em formas de *luta* do sindicato. Por meio dessas trocas realizadas durante a reunião é estabelecido a *unidade* da luta. *Unidade* que é, como discutirei na próxima seção, fundamental para os movimentos do sindicato. Essa busca pela construção unificada da *luta* é o que faz, segundo me disse o professor Dito, com que os representantes da subsede se preocupem em elaborar uma estrutura democrática para a reunião. Essa estrutura democrática possibilita a efetiva participação das pessoas e, assim, contribui para a formatação de uma *luta* que englobe várias questões e situações trazidas pelos professores e professoras.

Como já dito, há modos distintos de conduzir os procedimentos das reuniões. Esse formato de reunião produzido pela subsede de São Carlos, em que há abertura para a participação de qualquer pessoa, não foi conduzido da mesma forma pelos diretores da sede da APEOESP. Em Assembleias Estaduais o momento da discussão era restrito aos Conselheiros Estaduais Regionais. Ainda que seja garantido pelo estatuto do sindicato que qualquer pessoa possa falar durante uma assembleia, apenas esse grupo de pessoas expressavam suas opiniões sobre as questões da *pauta* e só eles propuseram os encaminhamentos para serem votados.

Esse modo de coordenar as reuniões é entendido pelos(as) professores(as) da subsede de São Carlos como uma estratégia da direção sindical para manter as *ações políticas* delimitadas a seus direcionamentos políticos. Segundo me disse a professora Julieta:

[...] essa estrutura não democrática das reuniões que acontecem na sede do sindicato é uma maneira de garantir que a agenda de luta do sindicato não entre em conflito com a agenda política dos partidos políticos e das frentes sindicais que a direção está ligada (Caderno de Campo, setembro de 2017).

Há, nesse sentido, um estreitamento na participação do público durante as discussões e há também uma redução nas questões que poderiam compor a *agenda de luta* do sindicato.

Essa formatação mais hierarquizada da Assembleia provoca momentos de tensão e conflito. Os conselheiros estaduais regionais que fazem oposição à direção do sindicato utilizam o momento da *discussão* para demonstrar seu descontentamento com os direcionamentos políticos tomados pela direção sindical e para introduzir outras ações que não foram trazidas na *pauta* da reunião. Nesse momento acontecem provocações e acusações de ambos os lados. Em uma das Assembleias Estaduais que participei, a diretoria acusava os opositores de quererem apenas tumultuar a reunião, enquanto eles acusavam a direção de esconder as questões debatidas na reunião dos Conselheiros Estaduais Regionais e de usar a Assembleia como palanque político para as eleições de 2018. Na discussão, Chico, um dos opositores da direção, ao questionar o andamento da assembleia disse:

Nós estamos em um momento de extrema importância na luta dos trabalhadores e com muito sacrifício estamos aqui nessa Assembleia. Temos que voltar para as nossas regiões com uma resposta que essa assembleia tem que dar à categoria. Então aqui não é questão de colo ou não colo. Aqui é uma questão daqueles que vão resistir, que vão implantar

uma luta coletiva contra o projeto do governo. Nosso encaminhamento é que essa assembleia decida os rumos da nossa luta, o dia 10 e o local (Caderno de Campo, setembro de 2017).

Sua fala é prontamente rebatida pela presidenta do sindicato, a professora Bebel:

Não foi dito nada de diferente por ele. Nós não estamos brincando com vocês, porque ele não estava na Assembleia Legislativa ontem. Nós estávamos. Nós lutamos desde a semana passada para derrubar o projeto de lei 920/17. Independentemente se você sair unificado aqui. Você só quer rachar. Você quer briga, quer baixaria e nós queremos luta. Eu estou sofrendo aqui; ...[é] grito do Chico de um lado e do Abel do outro. Isso é machismo, isso é misoginia. Não sou obrigada fazer encaminhamento diverso daquilo que debatemos na reunião do Conselho Regional. É em cima do que debatemos que será feita a discussão. Nós tivemos uma semana de luta, muita luta. Queremos sair unificados daqui (Caderno de Campo, setembro de 2017).

Bebel se recusava a colocar em discussão questões e propostas que não foram colocadas na *pauta* pelo Conselho dos representantes regionais. E seus opositores reclamavam que fossem trazidas as discussões do Conselho para a Assembleia, a fim de que se decidissem em conjunto as propostas sugeridas. Chico, novamente pediu a fala e disse:

Toda essa bravata aqui contra a oposição tem que ser direcionada para aqueles que traíram e fizeram conciliação contra a classe trabalhadora. Não contra nós que tivemos e estamos na rua construindo a resistência. Esse método é o método operário, é o método histórico daqueles que querem conquista. Apresentamos alguns elementos da Reunião Estadual para a reunião do Conselho Regional que devem ser tirados um posicionamento coletivo sobre eles. A ideia é que essa Assembleia deve votar esses pontos da pauta, porque tem pontos que não há concordância. Como a questão da estabilidade da categoria O, que eles [a direção] querem que tenham quarentena, ou atribuição centrada de aulas. Estão escondendo o debate aqui. Temos que construir uma unidade não pensando nas eleições de 2018, mas uma unidade que discuta a sala de aula, que haja contra o governo para acabar com os contratos instáveis dos professores. Temos que fazer uma grande mobilização e agitação em propaganda para que no dia 10 façamos uma Assembleia em conjunto com o funcionalismo. O método das pressões nos parlamentares é um método que já foi derrotado, um método que já levou a categoria a levar a derrocada (Caderno de Campo, setembro de 2017).

Sob uma série de acusações e discordâncias, as *discussões* da Assembleia seguiram de acordo com o que foi estabelecido na *pauta* e sem que as questões trazidas pela oposição fossem encaminhadas e votadas.

Sendo assim, a configuração democrática das Reuniões Estaduais favorece uma participação mais descentralizada e efetiva da categoria, a depender do assunto em *pauta*. Em contrapartida, as Assembleias Estaduais tendem a restringir o debate a um número restrito de participantes, cuja limitação de encaminhamentos efetivos gera momentos de tensão e conflito.

O modo, portanto, que as reuniões ganham forma interfere diretamente nas mobilizações construídas pela luta sindical, uma vez que nas *discussões* busca-se mobilizar questões que serão incorporadas na *agenda de luta* do sindicato. A definição do que será agrupado na *agenda de luta* do sindicato é feita por meio da votação das propostas encaminhadas durante as *discussões*. Os *encaminhamentos*, sejam eles feitos por qualquer participante da reunião ou sejam eles definidos previamente pelos organizadores da reunião, são postos em votação para o público da reunião. Após a votação deles são feitos, por membros da organização, *relatórios* sobre as decisões que foram tomadas na reunião. Esses relatórios são transformados em *informes* que serão utilizados para comunicar aos(as) professores(as) as ações que foram e que serão realizadas pelo sindicato. Os informes são documentos disponíveis online no site do sindicato ou que são impressos e distribuídos nas escolas, reuniões e eventos.

Nesse sentido, as *discussões* e os *encaminhamentos* são momentos da reunião em que se formata, de modo sintético e consensual, as ações políticas que serão efetivadas pelas *lutas* da categoria. Busca-se, por meio desse consenso, estabelecer uma forma unitária de *luta* que conjugue a maioria dos problemas, questões e propostas trazidas pelos professores e professoras. A descrição do funcionamento das reuniões – tanto sua forma como seu conteúdo – mostra, como afirma Helen Schwartzman, 1987, p. 287), sua “importância na constituição da organização social”. Nesse mesmo sentido, Comerford (2002, p. 149) argumenta que as reuniões “criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relação que atravessam a estrutura formal das organizações”. Para ambos os autores, a reunião é uma forma social específica que contribui para o processo de construção de instâncias coletivas.

De fato, no contexto sindical, as reuniões estabelecem um espaço onde a *luta* é feita por meio de um conjunto de discursos e práticas<sup>11</sup>. Por meio de uma *agenda* comum, constroem-se as formas que a *luta* assumirá nos muitos contextos externos. Nesse sentido, a *agenda* orienta como será realizada a ação e qual a posição do sindicato frente a situações e assuntos específicos e variados. Devido sua importância para a transmissão da *luta*, durante as *discussões* da reunião os professores e professoras afirmam constantemente

11 Cabe destacar, que não estou propondo aqui, como vemos na abordagem simbólica (Bloch, 1971; Duranti, 1984), analisar os tipos de discursos envolvidos na interação de eventos políticos.

que é preciso a *unidade* na luta para a produção da *agenda*.

A formação da *unidade*, com efeito, acontece em meio às divergências e desencontros existentes nas *discussões* e nos *encaminhamentos*. Assim como mostrado no trabalho de Sally Falk Moore (1978)<sup>12</sup>, as reuniões constroem um senso de unanimidade entre os participantes, que é comunicado por meio dos *enfrentamentos* diários. A *luta*, produzida dentro de discordâncias e conflitos internos, é mostrada externamente numa formatação uniforme para que o sindicato agregue mais forças em suas ações e movimentações.

### Semânticas da *luta* e a feitura da *unidade*

A *luta*, no contexto sindical, possui um significado polissêmico: é uma forma de *convencimento* e *conscientização*, uma forma de *enfrentamento* nas ruas, uma tática de *ocupação* de órgãos públicos, uma estratégia jurídica, estar na sala de aula diariamente e participar das reuniões do sindicato. Por meio dessas formas de *luta*, as ações e práticas do sindicato são realizadas.

Constrói-se uma noção sintética de *luta* que represente os movimentos feitos pelo sindicato nos planos políticos e jurídicos. Para que se formate essa noção, os membros da direção do sindicato, seja na sede do sindicato ou seja nas suas subsedes, procuram incorporar a maioria das questões, problemas e interesses trazidos pelos(a) professores(as). Os membros do sindicato preocupam-se, desse modo, em estabelecer uma *unidade da luta* agregando os muitos sentidos de *luta* que aparecem durante as atividades sindicais. A produção dessa *unidade* torna-se um procedimento importante nas dinâmicas do sindicato por propiciar uma maior efetividade das ações e movimentos realizados por ele. Segundo me disse o professor Ronaldo:

A luta tem que unificar a maioria da categoria. Sem ter a maioria da categoria a possibilidade de vitória é pequena e o próprio entendimento do que representou a luta naquele momento acaba não tendo todas as lições tiradas porque a maioria não participou. Você acaba perdendo inclusive aqueles que acreditaram no movimento, que no momento seguinte vão ser aqueles que serão contra. Então, toda vez que você tira uma luta e essa luta sai muito dividida, a tendência é que o sindicato se divida, não só naquele momento, mas também nos momentos posteriores. Acaba produzindo pessoas que tiram uma lição negativa do que representou a luta (Caderno de Campo, agosto de 2017).

12 Em sem trabalho sobre o partido TANU (*Tanganyika African National Union*) na Tanzânia pós-colonial, Falk-Moore mostra como a unidade é produzida em meio há uma série de divergências e acordos parciais.

A fala do professor Ronaldo evidencia a importância da feitura da *unidade da luta* como uma estratégia política do movimento sindical. Em seu trabalho sobre movimentos sociais na área rural da Amazônia, Alfredo de Almeida (2011) mostra como indígenas, camponeses e as “comunidades negras rurais” constroem, por meio de “unidades de mobilização”, lutas coletivas em resposta a forças sociais que se opõem a suas existências e territórios. De fato, no contexto do sindicato da APEOESP, a constituição de uma *luta* unificada envolve um trabalho cotidiano e político de incorporação de problemas e pontos de vista dos sujeitos sindicalizados. Não obstante, essa *unidade* não é apenas realizada com questões que envolvem e interessam apenas aos professores e às professoras. Entende-se no sindicato que é preciso construir relações solidárias entre as lutas dos trabalhadores, uma vez que todos estão inseridos em uma conjuntura política nacional mais ampla. Para a professora Bete:

[...] a unidade deve ser a direção que a luta tem que seguir. Não vamos conseguir sozinhos. É preciso se mobilizar, é preciso unir com todos os trabalhadores para que na luta a gente construa a militância. É na luta também que se constrói a amizade e são essas pessoas que não irão abandonar a gente na sala de aula (Caderno de Campo, julho de 2017).

Nesse mesmo sentido, durante sua fala em uma reunião, o professor Jaime disse que:

[...] a direção sindical precisa chamar as pessoas pra rua. As grandes centrais sindicais não se articulam em conjunto e, por isso, não chamam a base para a luta. Por conta disso não se pode culpar os trabalhadores pelo descaso às mobilizações. É preciso que as centrais sindicais unifiquem a luta com os trabalhadores e que ela seja feita na rua (Caderno de Campo, setembro de 2017).

Desse modo, a união é também mobilizada com outras categorias de trabalhadores, outros movimentos sociais e outras frentes sindicais. Na subsede do sindicato em São Carlos, por exemplo, a *agenda política* é sempre pensada em conjunto com ações promovidas por outras organizações políticas. Nessas agendas há, sempre que possível, um alinhamento de datas e lugares onde serão realizadas manifestações, paralisações e greves. Assim, por meio dessas estratégias, a *unidade da luta* é estabelecida.

A *unidade da luta* é feita em meio à intensos debates e aos múltiplos significados que a *luta* assume. Esses significados distintos trazidos pelos(as) professores(as), em diferentes situações, possuem ligações com os sentidos que a *luta* ganha em partidos políticos, frentes sindicais e movimentos sociais. São esses variados sentidos da *luta* que

compõem a *unidade da luta* e são eles também que definem como a *luta* será construída. Essas mobilizações coletivas construídas por meio de lutas cotidianas são analisadas nos trabalhos de John Comerford (1999, 2003) sobre a “luta” das associações e sindicatos dos trabalhadores rurais do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Nesses contextos, segundo Comerford (1999), “luta” possui um significado polissêmico: pode ser tanto a “luta para viver” ou “luta pela terra” dos trabalhadores rurais quanto a luta dos sindicatos, enquanto representantes dessa categoria de trabalhadores, no plano jurídico e político. Assim, tanto os atos de resistência produzidos por trabalhadores rurais para manter seu espaço, quanto às ações, reivindicações e greves, que as organizações sindicais utilizam na “luta” pelos direitos dos trabalhadores, são formas de “estar na luta”. Já em contextos das “lutas” por terra do Movimento dos Sem-Terra (MST), as etnografias elucidam como os sindicatos elaboram os repertórios de ação e as dinâmicas de reivindicação por direitos, vocalizando os anseios dos trabalhadores (Sigaud, 2000; Rosa, 2006; Sigaud, Rosa & Macedo, 2008; Macedo, 2009; Vargas, 2012).

Evidentemente que, no contexto sindical dos(as) professores(as), nem todos os sentidos de *luta* são incorporados na *unidade*. Sua formatação obedece ao desejo da maioria dos participantes do sindicato. No entanto, é muito comum que durante as falas, seja em reuniões ou em manifestações, os(as) professores(as) associem suas noções de *luta* à um partido político ou frente sindical. Além disso, essas ligações da noção de *luta* às organizações políticas também são manifestadas em *boletins informativos* ou em jornais entregues pelos militantes durante a realização das mobilizações sindicais. Nesse sentido, as propostas sugeridas por professores(as) de como a *luta* deve ser feita no sindicato estão em consonância com as propostas dessas organizações políticas.

Entende-se, segundo me disseram os(as) professores(as) da subsede, essas associações como uma forma de garantir a *democratização* do sindicato, bem como uma forma de promover uma pluralidade de discussões e posições políticas. Para os(as) professores(as) da subsede, as ligações político-partidárias não atrapalham a construção da *unidade da luta*. Ao contrário, as diferentes percepções de como a *luta* deve ser feita permitem que a *unidade* seja composta com o maior número de informações possíveis. Contudo, os(as) professores(as) da subsede relataram que o funcionamento democrático do sindicato não é, especialmente nos momentos deliberativos de reuniões, seguido pela direção da sede sindical, devido as suas ligações político-partidárias. Segundo disse a professora Julieta:

Como a Apeoesp é associada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que possui ligações políticas com o Partido dos Trabalhadores (PT), a direção do sindicato tem pouco disposição em construir uma luta que não

esteja dentro da agenda do PT ou da CUT. Mesmo quando as propostas de luta da oposição ganharam nas assembleias, a direção não negociou o que foi pedido (Caderno de Campo, julho de 2017).

Essas divergências e reclamações quanto à conduta da direção no processo de produção da *luta* do sindicato apareceu de modo bastante explícito quando acompanhei as Assembleias Estaduais dos(as) professores(as) e as manifestações organizadas pelo sindicato em conjunto com outras organizações políticas. Na Assembleia Estadual, os opositores da direção sindical tentaram, por meio das *falas* e de documentos informativos, propor que fosse aprovado a construção de uma greve geral no dia 10 de novembro<sup>13</sup>. O encaminhamento dessa proposição foi negado pela direção do sindicato, o que gerou uma série de ataques e acusações entre os participantes.

Professores(as) ligados(as) a Corrente Proletária na Educação (CPE) me disseram, durante a realização do *Ato em defesa do funcionalismo público*, que a direção da APEOESP e da CUT não estavam preocupados em *unificar a luta* para uma greve geral<sup>14</sup>. As direções dessas organizações, segundo eles, buscavam construir um movimento para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fosse eleito novamente em 2018. Em seu *boletim informativo* a CPE dizia que:

A direção da CUT e da APEOESP apostam nas ‘ações de desobediência civil’, que são falácias. Para isso, querem coletar assinaturas para pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a tomar posição pela inconstitucionalidade das reformas e medidas. Querem que o trabalhador acredite que o Congresso Nacional e o STF, órgão que serviram ao golpe de Estado e que garantem a governabilidade da ditadura civil de Temer, se coloquem a favor dos direitos dos explorados e dos serviços públicos.

A Corrente Proletária denuncia as manobras das direções sindicais e defende que a assembleia da APEOESP e o ato do funcionalismo se coloquem pela retoma da greve geral. A não implantação da reforma trabalhista, do ensino médio e as leis que aumentam a exploração do trabalho só serão derrubadas pela ação coletiva da maioria explorada. Certamente cumpre um papel decisivo a presença da classe operária, organizada e dirigindo greve geral, para pôr abaixo as reformas antinacionais e antipopulares de Temer e seus seguidores nos estados e municípios (Boletim Informativo, Corrente Proletária na Educação, 27 de outubro de 2017).

13 A Assembleia Estadual dos professores foi realizada em 27 de outubro e seu objetivo era deliberar os encaminhamentos feitos na reunião do Conselho Estadual Regional (CER) e também construir a agenda política do sindicato. Nesse mesmo dia, após a Assembleia, foi realizado um Ato público em defesa do funcionalismo público, em que funcionários de diversas categorias reivindicavam a retirada do Projeto de Lei 920/2017, o qual propõe cortar o investimento públicos por dois anos.

14 A Corrente Proletária na Educação (CPE) é uma organização de professores(as) ligada ao Partido Operário Revolucionário (POR).

Em um sentido parecido, um professor associado à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas) disse que a posição do sindicato “deveria ser para unificar as lutas contra as reformas do governo por meio de uma greve geral no dia 10 de novembro”. A reivindicação dos opositores era para que a *luta* tomasse outro formato e que essa nova forma fosse deliberada na Assembleia. A direção do sindicato acabou não colocando essa proposta de greve geral para votação na Assembleia e seguiu o que havia sido pautado anteriormente na reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER). Decidiu-se, nessa Assembleia, a construção de uma manifestação no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, para exigir a retirada do “PL da morte” (Projeto de Lei 920/2017), o reajuste salarial e a não demissão dos professores temporários ao final do ano letivo<sup>15</sup>.

Embora tais acontecimentos políticos representem as lutas anteriores, elas nos fazem ver como a *unidade da luta* é construída por meio das múltiplas convergências e divergências que compõem as formas de atuação do sindicato. Meu argumento é que a *unidade da luta* é construída mediante às alianças de pessoas com posições políticas distintas e também com diferentes concepções do que é “estar na luta” (Schwade, 1993). A *unidade* dos(as) professores(as) busca garantir, de modo geral, melhores condições de trabalho e de sobrevivência, a manutenção de direitos e a construção de escolas públicas de qualidade.

### **Ressonância da *luta* em múltiplos espaços**

Conforme foi relatado pelos(as) professores(as), a *luta* é feita diariamente e em todos os espaços. Apesar de possuir uma importância central nos movimentos do sindicato, não se faz a *luta* apenas nas ruas. Constrói-se ela em reuniões, em audiências públicas, em escolas e em assembleias legislativas. Além das pressões políticas contra as propostas do governo estadual, o espalhamento da *luta* nesses lugares ocorre para que outros sujeitos se *conscientizem* das questões que cercam a categoria docente. Além disso, essa capilaridade espacial da *luta* permite também que as pessoas sejam *convencidas* da importância das ações promovidas pelo sindicato.

A ocupação desses espaços para a feitura da *luta* acontece porque entende-se, nesse contexto, que as transformações e as mudanças só são possíveis por meio da *luta*. Em uma reflexão sobre o espraio da *luta*, a professora Julieta disse o seguinte:

[...] precisamos construir a luta em qualquer espaço. Isso permite que nossos direitos de trabalhadores, que sofrem ataques do governo diariamente, sejam assegurados. Devemos fazer nossas lutas não só na

15 Essa manifestação foi realizada no dia 10 de novembro de 2017 e contou com mais de cinco mil manifestantes.

rua, mas nos nossos bairros, nas nossas escolas. É só com essa luta que as mudanças ocorrerão” (Caderno de Campo, setembro, 2017).

Nesse sentido, a feitura da *luta* em variados espaços é uma estratégia para que seja assegurado os direitos trabalhistas conquistados pelos(as) professores(as) e também para que mudanças e transformações políticas aconteçam. A *unidade da luta*, no processo de elaboração dessa estratégia, fortalece a imagem que o sindicato procura evidenciar em ambientes externos e também aumenta a efetividade de suas ações em tais espaços. Fabrica-se uma imagem unificada de como o sindicato se posicionará sobre assuntos e discussões particulares para que sua *luta* tenha eficácia.

Na Audiência Pública, realizada em 18 de outubro de 2017 pela Câmara Municipal de São Carlos, essa imagem unificada do sindicato em relação a uma questão específica ficou bastante evidente. Nessa Audiência, o assunto em discussão era o aumento da violência nas escolas públicas municipais e estaduais. No desenrolar do evento houve uma separação clara de como a violência era encarada pelas pessoas que faziam parte daquele encontro. De um lado estava a dirigente regional de Ensino, alguns vereadores e representantes da polícia militar e da guarda-civil municipal, argumentando em favor da promoção de programas preventivos e punitivos junto à polícia para a contenção da violência. De outro estavam os(as) professores(as) do sindicato, argumentando que esse aumento da violência era resultado do desmantelamento da estrutura da escola promovido pelo governo do Estado.

Em sua fala, a dirigente da regional de ensino argumentou que a “educação é um dever do Estado e da família”, e que a “sociedade também deveria colaborar com a construção de uma educação pública”. Segundo ela, nesse contexto de construção da escola, “a polícia militar não aparece como uma instituição opressiva, uma vez que seus programas transformam e evitam problemas”. Devido a centralidade do papel da polícia, ela propôs a elaboração de novos programas nas escolas junto com a polícia militar e a guarda-civil municipal. Logo em seguida a fala da dirigente, o representante da Secretaria Municipal, um ex-coronel da polícia militar, reforçou que o projeto é fazer “um policiamento que cubra todas as escolas”. De acordo com ele:

A questão da violência passa ser prioridade da secretaria. Contudo, a guarda municipal possui limitações de meios instrumentais para realizar o policiamento. É preciso que a guarda municipal seja armada para conter a violência. Isso porque os valores atuais estão distorcidos. Dessa forma, só é possível manter a tranquilidade dos professores e cuidar do patrimônio com investimento em viaturas, monitoramento de câmeras, a eleição dos lugares com maior incidência de violência e por meio de buscas preventivas (Caderno de Campo, outubro de 2017).

As propostas dos representantes da polícia para combater a violência eram feitas numa mesma direção: a instalação de câmeras para monitorar as ações dos estudantes e, assim, inibir os alunos que eles julgavam ter a *tendência* para cometer atos violentos; o aumento do efetivo policial em ações preventivas dentro da escola, especialmente nas escolas localizadas na periferia; e a criação de um projeto para responsabilizar os pais de alunos que praticam *atos infracionais*.

Em oposição à essas propostas, os representantes da subsede da APEOESP de São Carlos, afirmaram que a violência escolar estava associada, naquele momento, a política de desestruturação da educação pública realizada pelos governantes da época e se posicionaram contrários essas *ações repressivas*. O professor Ronaldo, um dos conselheiros regionais do sindicato, começou sua fala mostrando que, segundo uma pesquisa realizada pela APEOESP em 2016, 51% dos profissionais da educação se declararam vítimas de alguma violência (um aumento de 44% em relação ao que foi registrado em 2013 e 2014) e também que 39% dos estudantes sofrem violência na escola (28% acima do que foi registrado pela pesquisa anterior). De acordo com Ronaldo:

Esses dados mostram que o problema não está localizado apenas na periferia, há também violência nas escolas centrais. Acontece que não há um programa para combater essa violência. Os professores e professoras que sofreram algum tipo de violência são orientados, pelas direções das escolas, para não fazer a denúncia, uma vez que isso macha a imagem da escola. O poder público esconde e omite a violência para mostrar que sua política está funcionando. Ao contrário o que se vê é o desmantelamento dos programas educacionais. O governo não entende a educação como investimento, mas como gasto. Por exemplo, o governo acabou com os professores mediadores [são professores preparados para agir de maneira preventiva dentro e fora da escola], diminui a quantidade de funcionários e professores que cuidavam das salas de leituras e do projeto escola da família. Isso fez com os professores passassem a dar conta de outros serviços e que os alunos ficassem sem aula por vários períodos. Dessa forma, o que estamos propondo aqui é um trabalho mais efetivo de assistência. Promoção de programas e projetos que se preocupam com o funcionamento da escola. Não queremos uma guerra contra os alunos, queremos um trabalho de inclusão de fato (Caderno de Campo, outubro de 2017).

Posterior a fala do professor Ronaldo, outro conselheiro regional da subsede, o professor Benedito, utilizou sua fala para marcar uma posição contrária às propostas que estavam sendo feitas na Audiência. Ele argumentou que havia outras coisas que tornava o ambiente escolar um *espaço violento* – o fechamento de sala de aulas, a superlotação dessas salas – e que o combate à violência não estava sendo pensado de modo correto. Segundo o professor:

O Escola sem partido, por exemplo, cria esse ambiente hostil ao retirar algumas questões da discussão no espaço escolar. Há também o poder coercitivo dos professores que ajuda nesse ambiente. Por conta dessas coisas, o combate a violência proposta aqui não traz preocupações corretas para acabar com a violência. Cria-se, por meio dessas propostas, um clima constrangedor que acaba em uma rebelião. A escola devia cuidar desses alunos e não culpar a família. Além disso, a escola não deve ser rotulada. Já que é para rotulá-la que seja escola com partido. Uma escola que liberta do preconceito contra lgbs, contra a violência (Caderno de Campo, outubro de 2017).

Após as falas dos dois professores da APEOESP, o vereador Chico Lobo (PSB) usou sua fala para se posicionar contrário às argumentações dos representantes sindicais. No começo de sua fala, o vereador caracterizou o que tinha sido dito pelos representantes sindicais como “um monte de blá blá blá”. Seguiu dizendo que:

[...] a matriz da violência está na negligência materna. Está fora do ambiente escolar. Por isso devemos nos preocupar com o comportamento, o qual depende do ambiente. O ambiente da escola deve ser dedetizado para combater a violência. O professorado não tem condição de controlar o ambiente escolar. E, além disso, a família está ausente na educação do seu filho (Caderno de Campo, outubro de 2017).

Para que esse ambiente seja controlado, ele propôs o desenvolvimento de um sistema de monitoramento nas escolas. A implementação desse sistema era a melhor maneira de combater a violência porque, segundo o vereador, “não queremos violência com mais violência, queremos que as pessoas saibam que seu comportamento está sendo observado”. Nesse sentido, para o vereador, assim como para o comandante da polícia militar, esse monitoramento coibiria os alunos de cometer atos violentos.

A fala do vereador foi, com a abertura das falas para o público da audiência, rebatida pela professora Bete. Segundo ela,

[...] os professores não estão de blá blá blá, a gente se vira como pode. Muitas vezes sofrendo agressões físicas e morais. O assédio não vem só dos nossos alunos, quem dera fosse só essa a questão. A gente percebe vindo uma força muito grande, muitas vezes vindo da própria secretaria de educação. E ao mesmo tempo temos uma comunidade para ajudar, principalmente quem dá aula pra periferia sabe o quão vulnerável são essas crianças. Muitas vezes a gente deixa de trabalhar conteúdo e de analisar aquelas pastas que buscam resultados porque não dá. É irreal. Existe um plano da secretaria que está escrito, mas a gente sabe que não tem professores, visto que eles estão doentes ou afastados. Toda a política de precarização é notória. A comunidade reclama que falta professor. Somos nós que estamos no dia a dia da escola, que sentimos e temos um

compromisso com nossos alunos. A gente tem uma relação profissional e ao mesmo tempo temos uma relação próxima com eles, porque a gente entende a realidade deles. Nós temos que gerenciar tudo o que acontece dentro de sala de aula (Caderno de Campo, outubro de 2017).

A professora terminou sua fala dizendo que a secretaria precisa fazer parcerias e projetos com os(as) professores(as) e com os(as) alunos(as). O combate à violência, segundo ela, precisa ser discutido com os(as) jovens que também sofrem violência no ambiente escolar.

A descrição de falas dessa Audiência permite mostrar como a *unidade da luta* é central para o modo que os(as) professores(as) do sindicato se posicionam em ambientes externos. Na Audiência, eles se preocuparam em marcar, em todas as falas, uma posição conjunta que se opunha às sugestões de combate a violência propostas pelos participantes do encontro. Mostraram que esse ambiente escolar violento e hostil, tanto para o(a) aluno(a) como para o(a) professor(a), é resultado de uma política governamental de destruição da escola pública. E propuseram a elaboração de propostas que tornam a escola um ambiente inclusivo e que esses projetos sejam feitos com a comunidade escolar, ao invés de construí-los com a polícia militar e a guarda-civil municipal.

Além disso, a participação na Audiência evidencia que a ocupação de espaços diversificados constitui uma dimensão fundamental das táticas de *luta* do sindicato. Dias depois que havia acontecido a Audiência, conversei com o Ronaldo e ele me disse que, apesar das falas deles “não terem sido consideradas ou levadas pouco a sério”, ter participado do encontro foi importante “para as pessoas entenderem quais são as lutas do sindicato e, principalmente, o que tem se tornou a escola pública no governo PSDB”. Estar presentes nos espaços, conforme me disse a professora Bete, “é central para mostrar que os professores estão na luta e que sempre vamos estar nela”.

Estar em outros espaços faz com que a noção de *luta* ganhe um dos seus sentidos mais presentes nos discursos dos(as) professores(as): a luta se faz por meio do *enfrentamento*. O funcionamento dessa tática de *enfrentamento* varia de acordo com a maneira que a *luta* é entendida por uma pessoa ou grupo e sua efetividade está condicionada à unificação em torno de tal ação.

Nessa tática de *enfrentamento*, a rua é o espaço proeminente de fazer a *luta*. A *luta* deve ser feita por meio de manifestações, paralisações e greves. A política de *enfretamento* só se torna efetiva quando ela é feita com a união e a mobilização da *base* nas ruas. Esse é, para certas correntes políticas do sindicato, o lugar histórico das *lutas dos trabalhadores* e é apenas por meio dessa estratégia que as transformações sociais e políticas ocorrem. O professor Jaime disse em uma reunião que:

[...] a atuação do sindicato frente a conjuntura nacional deve ser mediante a luta. A luta se baseia na rua, na batalha do corpo a corpo. Não se baseia apenas no campo sindical. A direção sindical tem que chamar as pessoas para a luta. As grandes centrais sindicais não se articulam em conjunto e não chamam a base para a luta. Por conta disso, não se pode culpar os trabalhadores pelo descaso às mobilizações (Caderno de Campo, novembro de 2017).

O entendimento é de que as mudanças só serão promovidas com a *luta* feita por meio dessas estratégias de *enfrentamento* nas ruas. Essa percepção de que as pressões nas ruas são os únicos meios para fazer avançar as pautas dos trabalhadores ou para barrar alguma política governamental que os ataquem é uma característica marcante do movimento sindical (Ramalho, Cordeiro & Silva, 2014; Comerford, Schleder & Palmeira, 2014). Em seu trabalho Ramalho, Cordeiro e Silva (2014, p. 65) mostram que, para alguns grupos sindicais, os espaços institucionais de negociação servem como meio de fazer pressão no governo. Ao contrário, para outros, essas instâncias são entendidas como espaços de cooptação, em que se mantem relações mais estreitas com o governo e, assim, colocam em risco a autonomia do sindicato na elaboração de demandas.

De modo geral, a *luta* do sindicato dos(as) professores(as) é produzida por meio de greves, mobilizações e paralisações nas ruas. No entanto, para alguns professores(as) do sindicato, a política de *enfrentamento* pode ser realizada também em outros espaços. A grande maioria das conquistas dos professores(as) sindicalizados(as) derivaram de *lutas* travados tanto na rua quanto em espaços com instituições governamentais. A *luta*, nesse sentido, é feita em atos de *enfrentamentos* em espaços distintos. Dessa forma, para uma parcela dos sindicalizados, além das lutas nas ruas, o sindicato deve construir a *unidade da luta* em muitos outros espaços.

A efetividade da *luta* é um efeito desses movimentos de ocupação dos lugares. Apesar de existir uma grande desconfiança sobre o sistema legislativo e jurídico brasileiro na conjuntura política enfrentada naquele momento, argumentou-se, na subsede do sindicato, que a *luta* também pode ser feita em conjunto com recursos jurídicos. Essa suspeita se devia ao fato de muitas vitórias jurídicas do sindicato não terem sido acatadas por diferentes governos do Estado ao longo da história da luta sindical. Como efeito, compreendia-se, que '*não é pela lei*' que as mudanças ocorrerão. No entanto, não se recusa totalmente o recurso jurídico da *luta*. Esse recurso é utilizado como uma tática para a composição da *luta*. Conforme me disse o professor Ronaldo, "junto com as várias táticas de luta – a ocupação ou a mobilização direta na rua – podemos fazer a responsabilização jurídica de um determinado fato que está sendo encaminhado".

Assim, não se trata de fazer da justiça um espaço onde a acessibilidade é impossível. Ao contrário, o campo jurídico é entendido como um lugar onde a *luta* deve estar presente. É nesse lugar que a *luta* deve ser feita também, visto que, como me disse a professora Julieta, “é pela justiça que sofremos os principais ataques”. A *luta* no campo jurídico é feita, então, em conjunto com outras estratégias políticas porque, segundo me disse Ronaldo, “a possibilidade de você de fato ter consequências na vitória jurídica é muito pequena, apesar de ser possível”.

Até aqui vimos como a noção de *luta* é evocada pelos(as) professores(as), em muitos momentos, para caracterizar suas múltiplas formas de atuação em variados contextos. *Luta* é uma noção que sintetiza uma série de estratégias e cálculos que compõem as práticas do sindicato. Lutar é um modo de produzir procedimentos para *conscientizar* e *convencer* pessoas da importância do sindicato. Lutar é participar das reuniões sindicais, das audiências públicas, das assembleias legislativas. Lutar é usar recursos jurídicos como uma forma de compor suas ações. Lutar é estar nas ruas fazendo greves, paralisações e manifestações. Lutar é estar na sala cotidianamente. Lutar é ocupar múltiplos espaços.

Entende-se, no contexto sindical, que todos os direitos conquistados e as mudanças históricas em favor do trabalhador são resultados de muita *luta*. É por meio da *luta* que a vida se move e se transforma. Professora Julieta me disse, em uma das nossas conversas, que a luta faz parte da vida dela a muito tempo e que muitas outras viriam ainda:

Fui filiada ao PT por muitos anos e fui expulsa de lá por peitar as políticas governamentais equivocadas. Logo que sai, ajudei a fundar o PSOL e fui eleita vereadora de São Carlos. Era a primeira mulher a conseguir participar desse lugar. Todo dia era uma luta enorme estar lá, mas eu consegui. Nesses anos todos de militância posso te afirmar que a única forma que nós professores, e qualquer trabalhador, temos para assegurar nossos direitos trabalhistas é fazendo a luta. E é também a única saída para as questões jurídicas. Nesse nosso atual momento, os professores e professoras precisarão se alimentar de muitas forças para enfrentar as lutas que virão. Nossa luta é a única coisa que temos para melhorar as formas de viver. É a única coisa que vai ajudar melhorar nossas condições sociais, trabalhistas e de sobrevivência.

Em uma outra conversa, no intervalo de uma reunião, ela me disse que o objetivo da *luta* não é só assegurar os direitos dos professores e das professoras, mas que também se preocupam em construir uma *luta* que defenda os alunos e alunas. A *luta* é também, segundo a professora, pela construção de uma escola pública de qualidade junto com toda comunidade escolar:

[...] dar aula também é lutar. Ensinar é uma forma de liberar os alunos de posições reacionárias e violentas. A educação constrói uma sociedade solidária e igualitária. Por isso devemos recheiar o aluno de conhecimento, para ele perceber que é excluído por esses discursos reacionários. Esse enriquecimento do aluno por meio do conhecimento é uma forma dos alunos se tornarem mais críticos para poderem participar da sociedade e poderem transformar as injustiças. O que a gente quer é dar amor e oportunidade para os nossos alunos.

Nesse sentido, no contexto sindical, a noção de *luta* expressa as maneiras como os movimentos e estratégias políticas sindical se formam. Como sugere Marcelo Rosa (2006), as organizações políticas produzem formas específicas de movimento que orientam a atuação de militantes e dirigentes e, ainda, os qualificam como representantes legítimos de certas parcelas da sociedade. São essas formas de movimentar, ainda de acordo com o autor, que possibilitam a ocorrência de mudanças. No sindicato, as diferentes formas assumidas pela *luta* são o que permite os processos de mudanças políticas e históricas.

### **Considerações finais: a *luta* e sua forma permanente**

Descrevi ao longo do artigo como a noção de *luta* é evocada pelos(as) professores(as) para caracterizar suas múltiplas formas de atuação em variados contextos. A forma de cada ação é construída nas reuniões. Nessas reuniões são definidos, por meio da participação dos membros do sindicato, como a *luta* será feita: que espaços serão ocupados, que posições serão tomadas e que formas de atuação serão realizadas. Reuniões que possuem certos ritmos, procedimentos e dinâmicas: a *pauta* orienta quais questões e assuntos serão abordados; as *discussões* é o momento em que os membros da reunião participam ativamente opinando sobre os assuntos da pauta e trazendo outras informações para a reunião; nos momentos de *discussão* os participantes da reunião fazem propostas de *encaminhamentos* que serão votados ao final dela. Após passar por todos esses procedimentos, os(as) professores(as) incorporam as propostas que foram deliberadas na *agenda de luta* do sindicato.

Tal agenda conduz ações que são tomadas de forma coletiva, resultando na *unidade da luta*. A efetividade da *luta* é aumentada quando há uma grande quantidade de forças – pessoas, sindicatos, movimentos sociais, instituições, ideias – agrupadas para uma mesma direção. Por conta disso, além da *unidade* entre os(as) professores(as), o sindicato procura unir suas ações às lutas de outros movimentos sociais e sindicais. Desse modo, a *unidade* é uma forma de agregar o maior número possível de professores(as), e outros grupos de pessoas e movimentos sociais, à luta do sindicato. Portanto, a *luta* é uma noção que sintetiza uma série de estratégias e cálculos que compõem as práticas do sindicato.

Entende-se, no contexto sindical, que todos os direitos conquistados e as mudanças históricas em favor do trabalhador são resultados de muita *luta*. É por meio da *luta* que a vida se move e se transforma. Nesse sentido, a *luta* envolve um compromisso cotidiano e político presente, mas também se refere às ações históricas da categoria bem como projeta um horizonte transformado por mobilizações coletivas. Embora minha pesquisa esteja circunscrita a um período específico, a *luta* evocada pelos(as) professores(as) compreendia o acúmulo das ações produzidas ao longo do sindicato, quanto apontava para os problemas e desafios que já se avizinhavam. Durante o período da pesquisa, a *luta* foi construída como uma forma de combater as reformas educacionais e a desvalorização profissional efetivadas durante o governo do ex-presidente Michel Temer. Mas essas ações não eram uma novidade para os(as) professores(as) sindicalizados(os) e nem seriam encerradas naquele período. Em diversos momentos do trabalho de campo, emergiu a percepção de que a mobilização contra o desmonte da educação estava apenas no início; conforme verbalizou a professora Julieta, era *só por meio da luta* que eles(as) enfrentariam os problemas futuros.

Uma série de pesquisas na área da educação tem se debruçado nos problemas enfrentados pelos(as) professores(as) durante os anos posteriores a realização do meu trabalho de campo na subsele de São Carlos (Barbosa & Francisco, 2025; Dias & Farias, 2024; Piovezan, Francisco & Dal Ri, 2023; Barbosa & Figueirêdo, 2023; Piolli & Sala, 2020; Cara, 2019; Piovezan & Dal Ri, 2019). A implementação das reformas educacionais iniciadas durante o governo de Michel Temer (2016-2018)<sup>16</sup> e o congelamento de investimentos públicos durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) são dois dos principais projetos de desmantelamento da educação pública enfrentados nesses últimos anos<sup>17</sup>. Evaldo Piolli e Mauro Sala (2020) analisam a efetivação das normativas do Novo Ensino Médio e suas consequências para a Base Nacional Curricular (BNCC)<sup>18</sup>.

16 Iniciada ainda durante o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT), a BNCC foi homologada em dezembro de 2018 pelo Ministro da Educação Rossieli Soares, do presidente Michel Temer. Em meio a uma série de disputas, discordâncias e resistências, como argumentam Valter Roberto Silvério e Vitória Marinho Wermelinger (2022, p. 18), “o projeto da BNCC é fundamentado em uma proposta educativa de formação que visa a empregabilidade. É um modelo de currículo centrado nas competências e que tem como ponto de partida um ensino direcionado, regulado e comprometido com um ideal de eficiência, o que faz com que a proposta da BNCC se afaste de uma proposta educativa que tenha como objetivo uma formação que seja de fato emancipatória”.

17 Para uma análise sobre as consequências das reformas educacionais e o congelamento dos investimentos na educação pública durante o governo de Jair Bolsonaro, ver Emanuely Medeiros Bezerra (2022).

18 Como explicam os autores, “a reforma do Ensino Médio, instituída primeiro por medida provisória e depois formalizada na Lei no 13.415/2017, alterando dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), estabeleceu a divisão do Ensino Médio em duas partes: uma de formação geral e comum para todos os estudantes, regida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outra referente aos chamados itinerários formativos” (Piolli & Sala, 2020, p.73). Tais itinerários formativos são cursos técnicos e profissionais direcionados para supostas demandas do mercado de trabalho.

Concebida dentro de um modelo educacional direcionado para o mercado de trabalho, os autores argumentam que tal reforma impõe, por meio dos “itinerários formativos”, uma formação estruturalmente desigual. Tomando como exemplo a implementação do Novotec, o modelo de implementação dos itinerários no estado de São Paulo, realizado durante a gestão do governador João Dória (PSDB), os autores evidenciam como se priorizou o oferecimento de cursos curtos de qualificação profissional em detrimento de cursos técnicos e profissionais robustos. Como efeito dessa medida, a reforma do Novo Ensino Médio promoveu “uma profissionalização rápida para a realização de trabalhos simples e cada vez mais precários” (Piolli & Sala, 2020, p. 82). Numa mesma direção, Everton Barbosa e Marcos Vinicius Francisco (2025) mostram como a implementação dos “itinerários formativos” no estado do Paraná obedeceu aos interesses do setor privado, enfraquecendo a qualidade do ensino público e desvalorizando o trabalho docente<sup>19</sup>. A análise desse cenário explicita os efeitos destrutivos de um modelo educacional neoliberal direcionado aos interesses do mercado de trabalho (Barbosa & Figueirêdo, 2023).

Embora o objetivo desse artigo não seja aprofundar as consequências dessas políticas e reformas educacionais, esse panorama apresenta o amplo horizonte de disputas enfrentadas pelos(as) professores(as) e alunos(as) nos últimos anos. Durante o trabalho de campo em 2017, período que acompanhei as mobilizações e discussões dos(as) docentes da APEOESP de São Carlos, a implementação das reformas educacionais da gestão de Michel Temer e o cenário que culminou na eleição de Jair Bolsonaro eram vivenciados sob a certeza de que seriam necessárias múltiplas e constantes formas de *luta* para combater o cenário que se desenhava. Era consenso que sob a gestão desses governos haveria não somente um ataque à educação pública, como também a classe docente teria seu trabalho precarizado severamente. O que foi previsto pelos(as) docentes de fato se cumpriu. Ao analisarem as dinâmicas de “flexibilização e intensificação do trabalho”<sup>20</sup> docente no contexto brasileiro e português, Patricia Piovezani e Neusa Maria Dal Ri (2019) explicitam um cenário de substancial precarização da categoria. Como resultado dessa precarização do trabalho, a categoria tem perdido uma série de direitos, além de sofrer com o aumento de problemas de saúde físicos, emocionais e psicológicos (Assunção & Oliveira, 2009).

19 A implementação do Novo Ensino Médio do estado do Paraná, segundo os autores, foi realizada em uma parceria com o Centro de Ensino Superior de Maringá LTDA (Cesumar), “com vistas à terceirização da contratação de professores/as e monitores/as para ministrar disciplinas em cursos do Itinerário Formativo de educação profissional de nível médio” (Barbosa & Francisco, 2025, p. 10 e 11).

20 Como definido pelas autoras, “A flexibilização do trabalho é a ampliação das atividades laborais desenvolvidas pelos professores; e a intensificação do trabalho é a expansão quantitativa do número de aulas, turmas, alunos, turnos de trabalho e escolas em que os docentes lecionam” (Piovezan & Dal Ri, 2019, p. 2).

Contudo, a precarização do trabalho é acompanhada do enfrentamento diário da *luta* sindical da APEOESP junto à Secretaria de Educação do Estado (SEE), como analisado por Patricia Piovezan, Marcos Vinicius Francisco e Neusa Maria Dal Ri (2023). Segundos as(os) autoras(es):

Quanto às estratégias do sindicato de 2009 a 2014, nota-se que após a elaboração do plano de lutas estabelecido anualmente no Congresso Estadual da Apeoesp, os docentes se mobilizaram nos dias das votações dos projetos de lei complementar, enviaram e-mails e abordaram deputados antes das votações, solicitando reuniões e audiências públicas com a Secretaria da Educação. Nos casos em que a equipe jurídica do sindicato identificava inconstitucionalidade dos projetos ou a SEE não cumpria alguma legislação aprovada em âmbito estadual e nacional, a Apeoesp ingressava com ação judicial com a finalidade de defender e garantir os direitos conquistados pelos professores (Piovezan, Francisco & Dal Ri, 2023, p.15).

O que vemos nessas análises é a continuidade da atuação e da mobilização das(os) professoras(as) frente aos inúmeros ataques sofridos pela educação pública brasileira, em seus diferentes níveis. De fato, tais reflexões reforçam a importância da etnografia proposta nesse artigo: mostrar como a *luta* é feita por meio de ações constantes e permanentes das políticas sindicais construídas por professores(as). Há uma permanência na construção da *luta* sindical. Ela não se encerra e não está circunscrita ao tempo do trabalho de campo. Ao contrário, a *luta* atravessa as transformações políticas e históricas conduzidas pela categoria docente. Estar na *luta*, como lembra a professora Julieta, é a forma que eles(as) *se alimentam* para obter melhores condições de trabalho bem como construir uma escola melhor.

### Uso de Inteligência Artificial

Na revisão final deste artigo, foi utilizada a inteligência artificial Gemini para a identificação e correção de erros gramaticais e de digitação.

### Referências

Almeida, Alfredo (2011). Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: A. Alfredo, *Quilombolas e novas etnias* (pp. 15-33). Manaus: UEA Edições.

Assunção, Ada Á. & Oliveira, Dalila A. (2009). Intensificação do Trabalho e Saúde dos Professores. *Educação & Sociedade*, 30(107), 349-372.

- Barbosa, Everton K. M. & Francisco, Marcos V. (2025). Reforma do Ensino Médio no estado do Paraná e a privatização da oferta educacional (2019-2024). *Jornal de Políticas Educacionais*, 1-19, e98236.
- Barbosa, Odéssa & Figueirêdo, Arthane M. (2023). Neoliberalismo e as reformas curriculares no Brasil: implicações para a construção da BNCC do Ensino Médio. *Olhar de Professor*, 26, 1-20.
- Bazzo, Julia (2017). A agência da noção de bullying no contexto brasileiro a partir da etnografia de uma experiência escolar. *Horizontes Antropológicos*, 23(49), 203-231.
- Bento, Berenice (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, 19(2), 549-559.
- Bezerra, Emanuely M. (2022). Os limites do conceito de competência e implicações para o Ensino Médio Técnico da nova Base Nacional Comum Curricular: significados e desdobramentos. In: M. M. Aguiar, K. M. Galhera & A. L. Faisting (orgs.), *Refletindo sobre educação: impactos da BNCC e temas atuais* (pp. 69-88). São Carlos: Pedro & João Editores.
- Bloch, Maurice (1971). Decision Making in Councils among the Merina of Madagascar. In A. Richards & A. Kuper (eds.), *Councils in Action* (pp. 29-62). London: Cambridge University Press (Cambridge Papers in Social Anthropology, n. 6).
- Cara, Daniel (2019). Contra a barbárie, o direito à educação. In F. Cássio (org.), *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar* (pp. 25-31). São Paulo: Boitempo.
- Comerford, John C. (1999). *Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política.
- Comerford, John C. (2002). Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. In: M. Peirano (org.), *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais* (pp. 149-168). Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.
- Comerford, John C. (2003). *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.
- Comerford, John C. & Bezerra, Marcos O. (2013). Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. *Análise Social*, 48(207), 465-489.
- Comerford, John C.; Schelder, Luciana & Palmeira, Moacir (2014). O mundo da participação e os movimentos rurais: entre mobilizações, espaços de interlocução e gabinetes. In: J. S. Lopes & B. Heredia (orgs.), *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados* (pp. 67-88). Rio de Janeiro: CBAE.
- Dayrell, Juarez (2007). A Escola “Faz” as Juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*, 28(100), 1105-1128.

Dias, Luciano T. & Faria, Marcos R. de (2024). Adorno, a educação contra a barbárie e o cenário brasileiro: a escola como lugar privilegiado do combate ao fascismo. *Revista de Educação Popular*, 23(2), 183-202.

Duranti, Alessandro (1984). Lauga and Talanoaga: Two Speech Genres in a Samoan Political Event. In: D. L. Brenneis & F. R. Myers (eds.), *Dangerous Words: Language and Politics in the Pacific* (pp. 217-242). New York: New York University Press.

Falk-Moore, Sally (1978). *Law as process: an anthropological approach*. Londres: Routledge.

Goldman, Marcio (2000). Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do movimento negro de Ilhéus, Bahia, Brasil. *Etnográfica*, 4(2), 311-332.

Gusmão, Neusa M. M. de (2006). Antropologia e Educação: história e trajetos / Faculdade de Educação - Unicamp. In: M. P. Grossi, A. Tassinari & C. Rial (orgs.), *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras* (pp. 297-313). Porto Alegre: Nova Prova.

Louro, Guacira L. (2011). Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. *Formação Docente*, 3(4), 62-70.

Macedo, Marcelo E. (2009). MST, Políticos Locais e Sindicatos: uma etnografia da representação dos trabalhadores rurais no Rio de Janeiro. *Ruris*, 3(1), 13-40.

Miranda, Ana Paula M. de & Maia, Bóris (2017). Olhares, xingamentos e agressões físicas: a presença e a (in)visibilidade de conflitos referentes às relações de gênero em escolas públicas do Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, 23(49), 177-202.

Pereira, Alexandre B. (2016). Outros Ritmos em Escolas da Periferia de São Paulo. *Educação & Realidade*, 41(1), 217-237.

Pereira, Alexandre B. (2017). Do controverso “chão da escola” às controvérsias da etnografia: aproximações entre antropologia e educação. *Horizontes Antropológicos*, 23(49), 149-176.

Pioli, Evaldo & Sala, Mauro (2020). Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. *Revista USP*, 127, 69-86.

Piovezan, Patrícia R. & Dal Ri, Neusa M. (2019). Flexibilização e Intensificação do Trabalho Docente no Brasil e em Portugal. *Educação & Realidade*, 44(2), 1-21, e81355.

Piovezan, Patrícia R.; Francisco, Marcos Vinicius & Dal Ri, Neusa M. (2023). A precarização do trabalho docente e o movimento sindical: atuação da Apeoesp no Estado de São Paulo de 2009 a 2014. *Educação e Pesquisa*, 49, 1-21, e251243.

Ramalho, José R.; Cordeiro, Marina & Silva, Eduardo A. da (2014). O Movimento Sindical no Exército da Participação. In: J. S. Lopes & B. Heredia (orgs.), *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados* (pp. 41-66). Rio de Janeiro: CBAE.

Rosa, Marcelo (2006). Uma Região em movimento: As Lutas por terra e a Transformação das Estruturas de Poder e Significação Social na Mata Pernambucana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 8(2), 41-58.

Schwade, Elisete (1993). A luta não faz parte da vida ... é a vida: Projeto político-religioso de um assentamento no oeste catarinense. Dissertação de Mestrado, PPGAS/Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Schwartzman, Helen B. (1987). The Significance of Meetings in an American Mental Health Center. *American Ethnologist*, 14(2), 271-294.

Sigaud, Lígia (2000). A Forma Acampamento: Notas a Partir da Versão Pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, 58, 73-92.

Sigaud, Lígia; Rosa, Marcelo & Macedo, Marcelo E. (2008). Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. *DADOS Revista de Ciências Sociais*, 51(1), 107-142.

Silvério, Valter R. & Wermelinger, Vitória M. (2022). A BNCC em questão: críticas básicas à base. In: M. M. Aguiar, K. M. Galhera & A. L. Faisting (orgs.), *Refletindo sobre educação: impactos da BNCC e temas atuais* (pp. 11-40). São Carlos: Pedro & João Editores.

Sposito, Marília P. (2003). Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. *Revista USP*, 57, 210-226.

Vargas, Luiz A. A. (2012). Por Uma Pedagogia Da Luta E Da Resistência: A Educação Como Estratégia Política No MST. Tese de Doutorado, PPGE/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Villela, Jorge M. (2009). Família como Grupo? Política como agrupamento? O Sertão de Pernambuco no mundo sem solidez. *Revista de Antropologia*, 52(1), 201-245.

Recebido em 29 de setembro de 2025.

Aceito em 08 de junho de 2026.

*Só a luta muda a vida: notas sobre os procedimentos e as estratégias de unificação das lutas conduzidas pelo APEOESP de São Carlos*

**Resumo**

Neste artigo examino quais formas e estratégias da *luta* caracterizam as mobilizações de professores e professoras da APEOESP na cidade de São Carlos. O objetivo é mostrar que as formas e os movimentos das *lutas* sindicais aglutinam uma série de questões, problemas e conjunturas que afetam diariamente a categoria dos(as) professores(as). Os dados etnográficos que fundamentam este artigo resultam do trabalho de campo de seis meses, conduzido em 2017, acompanhando as ações dos(as) professores(as) em diferentes contextos. O trabalho abrangeu as Reuniões Estaduais na subsede de São Carlos, as Assembleias Estaduais na sede do sindicato em São Paulo e das Manifestações e os atos na rua, somando-se à realização de entrevistas semi-estruturadas com os(as) docentes de São Carlos. Na primeira parte do artigo, mostro como as reuniões são construídas e conduzidas para a elaboração da unidade da *luta*. São nesses espaços que ideias e posições são discutidas e demarcadas para a construção de uma *luta* que interligue pessoas, ativismos, partidos e instituições variadas. Na segunda parte, mostro os sentidos de *luta* que são mobilizados e disputados para a construção de sua *unidade*. As semânticas da *luta* elucidam os modos de atuação elaborados pelos(as) professores(as) frente a diferentes problemas enfrentados no contexto educacional. Por fim, na terceira parte, mostro como a *luta* se faz presente em espaços distintos, resultando na capilarização das ações e alianças políticas do sindicato.

**Palavras-chave:** APEOESP; Luta; Unidade; Política.

*The Struggle Alone Changes Life: notes on unifying procedures and strategies conducted by the APEOESP in São Carlos*

**Abstract**

This article analyzes the forms and strategies of struggles that characterize the mobilizations of unionized teachers in São Carlos. It aims to demonstrate that union struggles articulate a series of issues, problems, and conjunctures that impact the daily lives of this professional category. The ethnographic data underlying this article are the result of six months of fieldwork conducted in 2017, following the actions of teachers in different contexts. The research encompassed State Meetings at the São Carlos local branch, State Assemblies at the union's headquarters in São Paulo, as well as demonstrations and street rallies, complemented by semi-structured interviews with teachers from São Carlos. The first section of the article explores how meetings are organized to forge a unified struggle, showing these as spaces where diverse ideas and positions are discussed and defined to connect various individuals, activisms, political parties, and institutions. The second section examines the contested meanings of "struggle" that are mobilized to build this unity. The semantics of struggle clarify the modes of action developed by teachers in response to the challenges within the educational context. The final section demonstrates how the struggle manifests across distinct spaces, resulting in the capillarization of the union's actions and political alliances.

**Keywords:** APEOESP; Struggle; Unity; Policy.